

## PÔSTER | QUESTÕES SOBRE ENVELHECIMENTO, INFÂNCIA E JUVENTUDE

### ESTIMULAÇÃO PRECOCE EM CONTEXTOS INSTITUCIONAIS: relato de experiência do estágio em psicologia comunitária

### EARLY CHILDHOOD STIMULATION IN INSTITUTIONAL SETTINGS: Community Psychology Internship Experience Report

Isabela Mendes de Moraes Mello<sup>1</sup>  
Sarah Beatriz da Silva Cruz<sup>2</sup>  
Valéria Sena Carvalho<sup>3</sup>  
Lise Lopes Lima<sup>4</sup>

#### RESUMO

Este relato tem a proposta de descrever as atividades realizadas durante um estágio obrigatório em Psicologia Social Comunitária em um Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes em Teresina, Piauí, abordando políticas públicas de amparo ao desenvolvimento de crianças de 0 a 3 anos. Na metodologia, utilizou-se análise documental dos diários de campo dos estagiários como forma de registro das ações realizadas. As atividades de estimulação precoce das habilidades motoras, cognitivas e psicossociais das crianças foram planejadas conforme idade e necessidades detectadas através da observação sistemática e relatos das cuidadoras. Os resultados evidenciaram progresso no desenvolvimento das crianças, sugerindo a continuidade das atividades. Destacou-se a integração entre teoria e prática, com ações alinhadas às bases teóricas da psicologia, colaboração interdisciplinar e compreensão das políticas públicas e direitos das crianças institucionalizadas. Concluiu-se que as intervenções ajudaram a mitigar os impactos psicossociais negativos da institucionalização das crianças.

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado. Psicologia Comunitária. Estimulação Precoce.

<sup>1</sup> Discente em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), email: isabelamello@aluno.uespi.br.

<sup>2</sup> Discente em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), email: sarahcruz@aluno.uespi.br.

<sup>3</sup> Docente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), mestre pela Universidade Federal da Paraíba, email:valeriasena@ccs.uespi.br.

<sup>4</sup> Psicóloga pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); psicóloga da Prefeitura Municipal de Teresina, email: liselopeslima@gmail.com.

**ABSTRACT**

This report aims to describe the activities developed during a mandatory internship in Community Social Psychology at an Institutional Shelter in Piauí, addressing public policies that aid the development of children aged 0 to 3 years old. Methodology wise, a documentary analysis of interns' field diaries was used as a way to record the actions that took place. Early stimulation activities for the motor, cognitive, and psychosocial skills of the children were planned according to their age and needs identified through systematic observation and reports from caregivers. The results showed progress in the children's development, suggesting the continuity of activities. The integration between theory and practice was highlighted, with actions aligned with the theoretical foundations of psychology, interdisciplinary collaboration, and understanding of public policies and the rights of institutionalized children. It was concluded that the interventions helped mitigate the negative psychosocial impacts of children's institutionalization.

**Keywords:** Supervised Internship. Community Psychology. Early Childhood Stimulation.

**1 INTRODUÇÃO**

O ensino de Psicologia na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) é orientado por competências que definem a atuação do psicólogo e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos. Desta forma, o estágio profissionalizante visa aliar teoria e prática, desenvolvendo nos estudantes uma perspectiva crítica da realidade social em que estão inseridos e prepará-los para os desafios e responsabilidades do exercício profissional. (UESPI, 2014)

O estágio obrigatório em Psicologia Social Comunitária na UESPI representa uma etapa crucial na formação dos futuros psicólogos. Desta forma, este relato de experiência tem como base o estágio em um Serviço de Acolhimento Institucional em Teresina-PI, realizado por discentes do 8º Período, nos meses de Janeiro a Abril do ano de 2024, com carga horária total de 175 horas, das quais 80 correspondem à atuação em campo. Este trabalho objetiva documentar e apresentar as práticas realizadas durante o estágio obrigatório de Psicologia Social Comunitária na referida instituição de acolhimento, a qual, por motivos éticos, não será identificada. (UESPI, 2014)

Para isso, utilizou-se como método de pesquisa a análise documental dos diários de campo dos estagiários, os quais foram construídos a partir da observação participante e pautados na identificação das atividades realizadas, bem como seus objetivos; no registro das descrições das falas, observações pessoais do estagiário e articulação da prática com a teoria. A escolha por esta abordagem metodológica se fundamenta na necessidade de uma

compreensão aprofundada das práticas cotidianas, permitindo uma análise contextualizada das intervenções realizadas e dos resultados alcançados, atribuindo, assim, uma natureza qualitativa a esta pesquisa.

Com isso, o presente trabalho se organiza da seguinte forma: primeiramente, há uma contextualização das políticas públicas, destacando o enquadramento legal e histórico que embasa o campo de estágio. Em seguida, é abordada a identificação das demandas específicas da instituição de acolhimento, com foco na análise das necessidades das crianças atendidas. No subtópico Aplicação de estímulos, são discutidas as atividades realizadas para promover o desenvolvimento das crianças institucionalizadas. Por fim, apresenta os resultados das atividades de estimulação realizadas, os desafios enfrentados para sua aplicação e uma avaliação crítica das necessidades das crianças em contextos de acolhimento institucional.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A política pública em que se insere o campo de estágio descrito tem como principal referência o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1991. Este marco legal estabelece diretrizes fundamentais para a proteção integral das crianças e adolescentes, assegurando-lhes direitos e garantindo medidas protetivas em casos de negligência, condições socioeconômicas familiares insuficientes, abuso de substâncias e diversas formas de violência. (Gontijo, 2012).

De um ponto de vista histórico, tal política pública de assistência social, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, assumiu uma nova dimensão ao reconhecer os direitos sociais como fundamentais e ao integrar a Assistência Social como parte da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Essa mudança de paradigma representou uma transição significativa, rompendo com a visão assistencialista e filantrópica do passado em direção a uma abordagem mais universal e de direitos. (Brasil, 2009)

No contexto das instituições de acolhimento, como enfatizado pelas Orientações Técnicas para Serviços de Abrigo (Brasil, 2009), é crucial respeitar a voz, individualidade e subjetividade das crianças, mesmo diante da natureza coletiva desses ambientes. Princípios como excepcionalidade e provisoriedade do afastamento do convívio familiar, que em

conformidade com as disposições do ECA, só deve recorrer ao encaminhamento da criança e do adolescente a serviços de acolhimento quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade. Outros princípios são a manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, acesso e respeito à diversidade, atendimento personalizado e liberdade de crença são fundamentais.

O compromisso ético-político da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, com absoluta primazia de todas as crianças e adolescentes, ressalta a importância da atuação do psicólogo nesse contexto, conforme destacado na cartilha Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual (Conselho federal de psicologia, 2020). Cada psicólogo desempenha o papel crucial de promover o respeito à dignidade e a "proteção integral" das crianças e adolescentes, em conformidade com o artigo 1º da Lei nº 8.069/90. Além disso, a atuação em políticas públicas exige uma articulação estreita entre embasamento teórico-metodológico e análise crítica da demanda, como salientado na cartilha mencionada anteriormente. Esse posicionamento transcende a abordagem assistencialista, enfatizando a necessidade de reconhecer as políticas públicas como um direito da população legitimado pela constituição, e não apenas como uma forma de assistência (Conselho federal de psicologia, 2020). Nesse cenário, o estágio em uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes violados em seus direitos oferece uma oportunidade única de imersão prática e teórica no desenvolvimento infantil e nas políticas públicas voltadas para essa parcela da população.

## 2.2 IDENTIFICANDO AS DEMANDAS

Conforme o CONANDA (Brasil, 2009), as instituições de acolhimento têm a missão de assegurar os direitos fundamentais das crianças, oferecendo-lhes um ambiente seguro e propício ao seu crescimento e desenvolvimento. A instituição de acolhimento abordada neste contexto acolhe cerca de 27 crianças entre 0 a 12 anos incompletos. O local se mostra um espaço multifacetado que visa proporcionar cuidado, proteção e desenvolvimento integral a crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social oriundas de contextos familiares fragilizados. A casa de acolhimento conta com duas psicólogas que atuam dentro da equipe técnica e contribuíram com a supervisão de campo.

Durante o contato inicial com a equipe de cuidadores e a interação com os bebês, foi possível identificar alguns atrasos quanto ao desenvolvimento biopsicossocial, principalmente associados à falta de estímulos adequados para a idade, a exposição excessiva a telas, assim como o fato de que o berçário é uma área restrita, visando garantir a segurança dos bebês, evitar doenças, preservar suas imagens, entre outros. Dessa forma, após observações e uma conversa com a Psicóloga, uma das demandas prioritárias identificadas foi a necessidade de oferecer uma atenção especial aos bebês. A princípio, não existia nenhum trabalho específico da Instituição voltado para o desenvolvimento de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, devido a sobrecarga de demandas diárias dos cuidadores, impossibilitando-os de realizarem tais atividades, além de ser necessário conhecimento específico sobre desenvolvimento infantil, o que justifica a atuação direta da psicologia.

A partir de observações sistemáticas e interações cotidianas com os bebês foi possível reconhecer sinais de alerta, tais como, olhar perdido; interação restrita, durando pouco tempo; dificuldade em reconhecer o nome, respondendo mais ao som em geral do que a estímulos específicos; balbuciado limitado; maior interesse a desenhos do que a outros tipos de interações; irritabilidade; humor hipotímico; labilidade emocional; movimentação lenta e dificuldade em demonstrar afeto por seus cuidadores. (Brasil, 2023)

De acordo com a fase motora, os bebês enfrentam desafios com a coordenação fina e grossa, o que se refletia, por exemplo, na dificuldade em sentar-se sozinhos, rolar e engatinhar, abrir e fechar as mãos, sustentar o pescoço, entre outros. Apresentavam também rigidez muscular, principalmente nos braços, ombros e antebraços, o que pode impactar na mobilidade e capacidade de explorar o ambiente, além de tendência a cansar-se rapidamente durante as brincadeiras. (Brasil, 2023).

### 2.3 - APLICAÇÃO DE ESTÍMULOS

Em sua obra “Introdução ao Narcisismo”, Freud simboliza o lugar central e privilegiado que o bebê esperado ocupa nas dinâmicas familiares. Nesse texto, Freud enfatizou a importância das primeiras experiências emocionais e relacionais na formação da personalidade e na estruturação psíquica do indivíduo. No caso dos bebês em questão, o lugar de "Sua Majestade" torna-se distante em razão da institucionalização. Em função da alta demanda sob os cuidadores, falta de recursos, e outras limitações, esses bebês podem não

receber a atenção e os estímulos adequados que são essenciais para seu desenvolvimento saudável. Nesse sentido, é crucial reconhecer a importância de estimular os bebês institucionalizados. (Freud, S., 1914b).

Com isso, ao oferecer estímulos motores, cognitivos, sociais, emocionais e linguísticos adequados, é possível ajudar a suprir parcialmente as necessidades desses bebês, mesmo diante de desafios institucionais. O público-alvo tinha idade entre 2 a 11 meses e as atividades contavam com cinco participantes, variando a quantidade no decorrer do estágio. Os estímulos foram elaborados a partir da identificação das necessidades de cada bebê, levando em consideração a guia do ministério público de desenvolvimento neuropsicomotor; sinais de alerta e estimulação precoce (Brasil, 2023).

Nesse sentido, tendo como base os princípios da Psicologia Comunitária, ao fornecer esses encontros como parte de um plano de ação comunitária, a iniciativa demonstrou um compromisso com a prevenção e promoção do bem-estar desde o início da vida. Isso está alinhado com tais princípios por valorizar a implementação de programas e políticas preventivas para abordar os determinantes sociais da saúde e promover o desenvolvimento saudável das comunidades (Prilleltensky, 2001). Após uma pesquisa no material de apoio, as atividades foram operacionalizadas no plano de ação e divididas em duas vertentes, uma com embasamento Psicanalítico, com foco no afeto, na importância do vínculo e experiências corporais para a formação psíquica dos bebês, e outra voltada para as bases cognitivas, com foco em aspectos sensoriais e físicos.

Diante disso, as atividades se organizaram de forma direcionada às crianças, às cuidadoras e ao meio. Assim, visaram estimular os domínios que interferem na maturação da criança, favorecendo a promoção do desenvolvimento das seis janelas de oportunidade da criança, a saber: sensorial, motora, cognitiva, social, emocional, e comunicacional (fala e linguagem) (Zanon; Pedrosa, 2014).

A princípio buscou-se estabelecer vínculos com momentos semi-estruturados, seguidos por atividades estruturadas, como por exemplo, musicalização, exploração de cores e contação de histórias, utilizando materiais como tapetes e livros sensoriais táteis, material de pintura comestível, instrumentos musicais, frutas, entre outros. Além disso, foram proporcionadas experiências de lazer e relação com a natureza com um passeio ao Zoológico da cidade. Nesse sentido, para garantir um desenvolvimento personalizado e adaptado às necessidades individuais de cada bebê, cada atividade foi cuidadosamente

planejada e adequada, levando em consideração sua idade específica e suas demandas particulares, de modo que cada estagiário voltava sua atenção para um bebê por atividade. Dessa forma, mesmo trabalhando com a mesma janela de desenvolvimento em cada encontro, as atividades foram modificadas e ajustadas de acordo com as características únicas de cada criança respeitando o Guia Desenvolvimento neuropsicomotor, sinais de alerta e estimulação precoce: um guia para profissionais de saúde e educação (Brasil, 2023).

#### 2.4 - RESULTADOS OBTIDOS - FEEDBACK DAS CUIDADORAS E EQUIPE TÉCNICA

Ao evidenciar os resultados alcançados e os desafios enfrentados durante o processo, visamos contribuir para o aprimoramento contínuo das práticas de intervenção em serviços de acolhimento, bem como para o enriquecimento do debate acadêmico e político em torno das políticas públicas voltadas para a infância. Este relato se apresenta, portanto, como uma ferramenta valiosa para a reflexão crítica e a elaboração de estratégias mais eficazes de promoção do desenvolvimento infantil em contextos comunitários.

Para avaliar a eficácia das estimulações realizadas, foi fundamental obter feedback das cuidadoras que acompanham diariamente os bebês. Através de conversas e observações diretas, foi possível identificar mudanças positivas no comportamento e no desenvolvimento dos bebês, como maior interação social, aumento da motricidade e

expressão de emoções. Esse diálogo contínuo permitiu ajustes nas atividades conforme necessário e contribuiu para uma abordagem mais holística e centrada no bebê.

É válido mencionar que foram encontrados desafios no campo de estágio. A falta de espaço adequado para as crianças foi identificada como um desafio significativo. Essa limitação também impacta diretamente na capacidade das cuidadoras de proporcionar um ambiente estimulante e interativo para os bebês, uma vez que já se encontram sobrecarregadas com suas responsabilidades diárias, tendem a recorrer ao uso das telas como uma forma de entretenimento e distração para os bebês. Visando superar essas dificuldades buscaram-se maneiras criativas de otimizar o espaço disponível, reorganizando móveis, para criar áreas mais amplas e acessíveis para as atividades das crianças. Ainda, considerando os potenciais efeitos negativos do excesso de exposição a telas, buscou-se oferecer suporte e orientação às cuidadoras sobre estratégias de engajamento mais saudáveis para promover o desenvolvimento integral das crianças, mesmo em um ambiente desafiador.

Outrossim, podemos destacar que as estimulações se articulam diretamente com a garantia de direitos da criança, conforme estabelecido no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1991). Nesse sentido, as práticas realizadas permitem assegurar que essas crianças recebam os cuidados necessários para seu pleno desenvolvimento. É importante reconhecer que as crianças institucionalizadas enfrentam uma série de desafios em relação ao acesso a cuidados adequados, devido à sua situação de vulnerabilidade e à ausência de vínculos familiares estáveis. Nesse contexto, a prática de estimulações contribui para suprir parcialmente suas necessidades, proporcionando-lhes estímulos que são essenciais para o desenvolvimento saudável.

Por fim, é importante ressaltar que a prática de estimulações com bebês institucionalizados não é apenas uma questão de atendimento às necessidades imediatas dessas crianças, mas também uma questão de justiça social e direitos humanos. Ao investir no desenvolvimento infantil nas instituições de acolhimento, estamos investindo no futuro dessas crianças e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos os seus membros.

### **3 CONCLUSÃO**

O estágio em Psicologia Social Comunitária proporcionou uma experiência valiosa na aplicação prática dos conhecimentos sobre desenvolvimento infantil em um contexto de acolhimento institucional. Através da identificação das demandas dos bebês, aplicação de estimulações e obtenção do feedback das cuidadoras, foi possível promover um ambiente estimulante e favorável ao desenvolvimento biopsicossocial das crianças. Este relato destaca a importância da integração entre teoria e prática, bem como a colaboração interdisciplinar, na promoção do bem-estar e desenvolvimento infantil em contextos comunitários.

Além disso, a experiência permitiu uma compreensão mais ampla das políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à proteção integral da criança, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1991). Os estagiários puderam perceber como essas políticas se traduzem na prática cotidiana e entenderam a importância de garantir o acesso a cuidados adequados para todas as crianças, independentemente de sua situação familiar.

A prática de estágio em Psicologia Social Comunitária proporcionou uma compreensão profunda do funcionamento da instituição de acolhimento e uma análise crítica das políticas públicas voltadas para a infância. Profissionalmente, a experiência proporcionou uma maior familiaridade com as práticas de intervenção em serviços de acolhimento e preparou os estagiários para futuros desafios na área da Psicologia Comunitária.

Além disso, os aprendizados obtidos foram fundamentais para a formação pessoal dos estagiários, promovendo ganhos pessoais significativos. Dessa forma, os estagiários desenvolveram habilidades de empatia, trabalho em equipe e resolução de problemas em um contexto desafiador. Ao se envolverem ativamente no processo de promoção do bem-estar das crianças, os estagiários experimentaram uma gratificação emocional profunda e uma sensação de realização pessoal ao testemunhar o impacto positivo de seu trabalho no desenvolvimento das crianças e no ambiente da instituição. Esses ganhos pessoais foram fundamentais para sua formação integral como seres humanos e cidadãos conscientes, sensíveis às necessidades e desafios da sociedade.

No fechamento do processo na instituição, os estagiários reconheceram a importância da continuidade das intervenções para o desenvolvimento das crianças e manutenção de seus direitos. No entanto, a dependência do calendário acadêmico pode representar um desafio para garantir essa continuidade, destacando a necessidade de uma articulação eficaz entre a universidade e a instituição de acolhimento para promover uma intervenção consistente e de longo prazo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <[www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/.../pncfc.pdf](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.../pncfc.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente E Conselho Nacional De Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF. Brasil. (2009). Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Gestão do Cuidado Integral. Coordenação de Saúde da Criança e do Adolescente. **Guia Desenvolvimento neuropsicomotor, sinais de alerta e estimulação precoce: um guia para profissionais de saúde e educação**. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Acesso em: 21 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual**. (2ª ed.). Brasília, DF: CFP, 2020.

FREUD, S. Introdução ao narcisismo (1914). In: FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 12: **Introdução ao narcisismo, Ensaio de metapsicologia e outros textos** (1914–1916). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 2013 Pg. 13–50.

GONTIJO, Daniela & BUIATI, Paula & SANTOS, Rosana & FERREIRA, André. (2012). **Fatores relacionados à institucionalização de crianças e adolescentes acolhidos na comarca de Uberaba - MG**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde. 25. 139-150. 10.5020/18061230.2012.p139.

UESPI - Universidade Estadual do Piauí. **Projeto Político Pedagógico**: Curso de Psicologia. Teresina: UESPI. 2014. 230 p.

PRILLELTENSKY, I. **Value-Based Praxis in Community Psychology: Moving Toward Social Justice and Social Action**. American Journal of Community Psychology. 2001 Oct; 29(5):747-78. doi: 10.1023/A:1010417201918. PMID: 11594698.

ZANON, S. R. T.; PEDROSA, A. T. **Interdisciplinaridade e educação**. Cadernos Fluminenses de Estudos Filológicos e Linguísticos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 7. 2014. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xviii\\_cnlf/cnlf/cnlf\\_07.htm](http://www.filologia.org.br/xviii_cnlf/cnlf/cnlf_07.htm)>. Acesso em: 01 maio de 2024.